



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 67/XI/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Reunião com o Sr. Deputado do Parlamento Europeu, Paulo Rangel, PPE - Relações entre o PE e os Parlamentos nacionais e outros temas de interesse político comum;

II PARTE

1 - Apreciação e votação do Parecer da CAE sobre o Projecto de Lei n.º 375/XI/2.ª do BE - Altera a Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, reforçando os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia;

2 - Ponto de situação sobre o programa do Seminário sobre a "Estratégia Europa 2020";

3 - Ponto de situação da resposta da CAE ao questionário da Comissão CRIS e do contributo para a Comissão SURE, ambas do PE;

4 - Nomeação de Deputado da CAE para representar a Assembleia da República nas seguintes duas reuniões, que o Parlamento Europeu organiza com os Parlamentos nacionais, em Bruxelas: no dia 14 de Março, reunião da Comissão CRIS (Crise Financeira, Económica e Social), dedicada ao tema "Investimento na economia real: instrumentos para o crescimento, a inovação e a coesão" e, no dia 15 de Março, reunião da Comissão ECON (Assuntos Económicos e Monetários), subordinada ao "Semestre europeu para a coordenação económica";

5 - Distribuição do Questionário aprovado pela Conferência de Presidentes das CAE, nos dias 10 e 11 de Fevereiro, em Budapeste, para efeitos de elaboração do Relatório Bianual da próxima COSAC;

6 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Proposta de regulamento (EU) do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga o regulamento (CE n.º 1541/98 do Conselho relativo à prova de

origem de determinados produtos têxteis da Secção XI da nomenclatura combinada, introduzidos em livre prática na Comunidade, bem como aos termos de admissibilidade da prova e que altera o regulamento (CEE) n.º 3030/93 do Conselho relativo ao regime comum aplicável às importações de certos produtos têxteis originários de países terceiros [COM(2010)544] com Relatório da 6ª Comissão;

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Um Acto para o Mercado Único - Para uma economia social de mercado altamente competitiva: 50 propostas para, juntos, melhor trabalhar, empreender e fazer comércio [COM(2010)608] com Relatório da 6ª Comissão;
- Proposta de regulamento do parlamento europeu e do conselho relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial [COM(2010)748] com Relatório da 1ª Comissão;
- Proposta de Directiva do Conselho relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades mãe e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes (reformulação) [COM(2010)784];

7 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente aos seguintes Relatórios e iniciativas europeias;

- Relatório da 7ª Comissão sobre a COM (2010) 791 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o regulamento CE n.º 2006/2004 relativa à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor;
- COM (2010) 804 - Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que concede assistência macrofinanceira adicional à Geórgia;
- Relatório da 6ª Comissão sobre a COM(2010)790 - Proposta de Decisão do Conselho, que autoriza uma cooperação reforçada no domínio da criação da protecção de patente unitária;

8 - Apreciação e votação da acta n.º 60 de 14 de Janeiro de 2011;

9 - Outros Assuntos

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião saudando o Sr. Deputado do Parlamento Europeu, Paulo Rangel (PPE), e agradecendo a sua disponibilidade para vir à Assembleia da República reunir com a Comissão de Assuntos Europeus e apresentar o relatório sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais.

Esta reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Deputado do Parlamento Europeu Paulo Rangel (PPE) começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, bem como todos os membros da Comissão. De seguida, referiu que iria mencionar três tópicos: em primeiro lugar, as recomendações que constam do Relatório do Grupo de Trabalho composto por Deputados do Parlamento Europeu sobre as relações do Parlamento Europeu com os Parlamentos nacionais; em segundo lugar, as relações entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais, para lá do que consta do Relatório; e em terceiro lugar, a *European Union Bill* que se encontra em discussão no Reino Unido.

No que diz respeito ao Relatório do Grupo de Trabalho, começou por apresentar o Grupo de Trabalho. De seguida, referiu que se trata de um relatório muito consensual e que não aprofunda as relações entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, tratando-se de um mero catálogo de ideias. Destacou a necessidade de criação de uma plataforma própria para o escrutínio da Política Europeia de Segurança e Defesa e a existência de um debate sobre o Estado da União a decorrer em simultaneamente nos 27 Estados-Membros.

Relativamente às relações entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais começou por frisar que estes últimos são actores europeus e que ganharam mais poderes e visibilidade com o Tratado de Lisboa. Contudo, referiu que existem manifestos "ciúmes" dos Parlamentos nacionais em relação ao parlamento Europeu, o que não faz sentido, devendo sim ser explorada uma forma de estreitar a colaboração entre estas instituições. Aludiu ainda à participação do Parlamento Europeu na COSAC e à tendência para a "governamentalização" dos Parlamentos nacionais.

Por último no que concerne à *European Union Bill*, referiu que esta prevê uma lista de matérias que necessitam de ser referendadas no Reino Unido, bem como prevê que todas as matérias europeias têm de ser aprovadas pelo Parlamento, ao arripio do que tem sido a jurisprudência do Tribunal das Comunidades.

O Sr. Presidente agradeceu a exposição inicial do Sr. Deputado e referiu-se à experiência da COSAC, do prisma dos parlamentos nacionais, concluindo que não se justificam as tensões actualmente existentes entre Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu. Aproveitou para aludir ainda ao escrutínio da PESC/PCSD, que deverá ser efectuado em conjunto pelos Parlamentos nacionais e Parlamento Europeu.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) começou por referir a revisão em curso do Tratado e questionar a escolha do método simplificado de revisão, o que não salvaguarda a opinião dos Parlamentos nacionais. Acrescentou ainda que o Parlamento Europeu deveria debater a participação dos Parlamentos nacionais nesta decisão, defendendo assim a cultura inter-parlamentar. De seguida referiu-se ao Pacote económico, o qual acredita materializar uma distorção do método comunitário e questionou se o Parlamento Europeu tem espaço para introduzir alterações ou se o verdadeiro legislador passou a ser o Conselho. Finalmente, considerou que o Conselho se encontra em declínio face à emergência do Conselho.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) repudiou as críticas sobre a falta de controlo dos Parlamentos nacionais face ao Governo, mas referiu que os Deputados nacionais não têm o apoio que seria desejável. Relativamente à instituição de boas práticas entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais, referiu que as comissões CRIS e SURE eram bons exemplos, mas questionou sobre outras formas de trabalho em conjunto. Finalmente, concordou com a necessidade de reforçar a ligação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) começou por concordar com o Sr. Deputado Carlos Costa Neves, sobretudo no que diz respeito à falta de apoio dado aos Deputados nacionais. De seguida, referiu que em sua opinião o escrutínio da Assembleia deve ser feito predominantemente em relação ao Governo e deve ser mais constante e efectivo. Acrescentou que considera que a Comissão de Assuntos Europeus como zeladora pelo respeito pelo princípio da subsidiariedade pode ser um aspecto muito bom para as estatísticas, mas não tem utilidade política. A Assembleia, acrescentou, deve concorrer para o incremento de uma cultura de escrutínio do Governo. Contudo, reiterou a ideia de que os Deputados nacionais não têm condições para o exercício do seu trabalho, pois não têm assessorias com competência técnica, nem tão pouco recebem os documentos fundamentais como por exemplo o "*Europe in figures*". Concluiu que o mínimo seria o acesso regular aos documentos essenciais para produzir trabalho de qualidade.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) aludiu à falta de alteração dos modelos constitucionais. Actualmente o que se discute é a crise económica e o pacto para a competitividade, mas o Parlamento Europeu também não se pronunciou sobre nenhum destes temas. Aliás, questionou como é que os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu podem reagir. Finalmente referiu a necessidade de redimensionamento do Parlamento Europeu para uma actuação mais próxima dos cidadãos.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) começou por aludir a que no quadro do Tratado de Lisboa os Parlamentos nacionais têm uma ilusão de intervenção acrescida. Quando criticamos o Ministro das Finanças por não vir à Assembleia da República, a questão é cultural pois não existe a ideia de que essa deslocação é uma obrigação. O reforço dos Parlamentos nacionais parece-lhe ser uma forma ilusória. Acrescentou, que os Parlamentos nacionais recebem agora toda a informação, mas no final não têm capacidade para a trabalhar. Aludiu ainda ao processo de revisão simplificado do Tratado que está em curso. Finalmente, referiu que o Parlamento Europeu proclama Parlamentos nacionais sim, mas, de facto, traduz-se num sim, mas pouco, pois não passa pela cabeça do Parlamento Europeu ouvir os Parlamentos nacionais.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) ficou sensibilizado com a ideia de que o Parlamento Europeu é o Parlamento mais poderoso do mundo e referiu que o sentimento comum é que as pessoas olham para a Europa como tendo a capacidade para nos salvar.

O Sr. Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Rangel (PPE) começou por agradecer a vivacidade do debate, o que demonstra que mesmo com poucos meios é possível realizar interessantes debates políticos. De seguida, elogiou a capacidade de trabalho da Assembleia da República mesmo com muito menos meios do que outros Parlamentos nacionais. Sobre estes referiu que têm a possibilidade de ratificar a revisão do Tratado, logo têm a palavra final, mesmo que não participem no debate intermédio. Os Grupos Parlamentares do Parlamento Europeu sugeriram que a revisão fosse efectuada por convenção, mas tiveram de ceder à utilidade prática e à necessidade de celeridade. Confirmou que o Conselho ganhou primazia com a crise económica e que o debate sobre o futuro das instituições no plano europeu gerou uma distorção semelhante ao que ocorre actualmente ao nível nacional. No que diz respeito às relações entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais referiu que as questões substantivas têm sido objecto de reuniões inter-parlamentares. De facto, considerou que com o Tratado de Lisboa os Parlamentos nacionais ganharam um papel europeu, mas não de primeira linha. Relativamente ao Pacto para a Competitividade, ninguém sabe exactamente o que é, nem mesmo no interior do PPE. Chamou ainda a atenção para o facto de que actualmente os maiores aliados do Conselho são os Parlamentos nacionais. Por ultimo, referiu que o Parlamento Europeu não sendo o mais poderoso do mundo, realiza muito trabalho quase clandestinamente e toma muitas decisões que ninguém sabe.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) interrompeu para referir que os pequenos e médios Estados-membros já reconhecem a importância do Parlamento Europeu.

O Sr. Deputado Paulo Rangel (PPE) prosseguiu referindo-se à diplomacia polivalente da UE, que tem falhado em relação a Portugal, que não tem sabido criar aliados, referiu-se por exemplo à aliança dos países de 10 milhões de habitantes ou à aliança dos países periféricos. Não há uma estratégia portuguesa de alianças caleidoscópicas.

A primeira parte da reunião terminou pelas 13:40 horas, tendo o Sr. Presidente agradecido a presença do Sr. Deputado e reiterado a importância destas reuniões. De seguida, iniciou-se a segunda parte da reunião com a apreciação e votação do Parecer da CAE sobre o Projecto de Lei n.º 375/XI do BE, que altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, reforçando os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou o seu parecer e referiu que lhe parece que a Lei n.º 43/2006 merecia reajustamentos e que a sua revisão deveria ser global e não apenas uma alteração cirúrgica. Acresce que a alteração proposta pelo BE não acrescenta verdadeiramente nada de novo. De facto, quinzenalmente existem debates com o Sr. Primeiro-Ministro e nenhum Grupo parlamentar suscitou questões europeias nesses debates, ao contrário do Governo, que já apresentou temas europeus. Lamentou ainda a ausência do BE, mas considerou que o desejável seria que todos os partidos participassem na alteração da Lei e que todos os projectos substanciais deveriam descer sem votação à Comissão para a elaboração de um texto único. Neste sentido apelou aos restantes partidos que apresentassem propostas efectivas de revisão da lei.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) referiu que embora não considere suficiente a vinda do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e que nesse ponto compreende o intuito do projecto do BE, a proposta, em si mesma, é ineficaz. Contudo tem o mérito de iniciar a discussão e seria relevante apresentar propostas mais abrangentes.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) começou por referir que considera uma falta de consideração por esta Comissão, que o BE não esteja presente na discussão do seu projecto de lei. Concordou com a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) sobre nunca ter sido suscitado em debate quinzenal a questão dos assuntos europeus, mas referiu a dificuldade de incluir na agenda dos Grupos

Parlamentares a questão europeia, sobretudo no plenário. De facto, ou a Comissão de Assuntos Europeus tem capacidade para arranjar assuntos mediáticos ou não se consegue agendar assuntos europeus para plenário. A maioria dos portugueses nunca olhou tanto para a UE como agora e esta seria uma oportunidade para mediatizar este assunto.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) referiu que todos os Grupos Parlamentares consideraram que a Lei n.º 43/2006 poderia continuar a servir de base ao acompanhamento dos assuntos europeus pós Tratado de Lisboa, recordando a nota dos serviços sobre a compatibilidade da Lei com o novo Tratado. Contudo, também nessa altura foi referido que a Lei poderia ser melhorada em alguns aspectos específicos.

O Sr. Presidente teve de ausentar-se da reunião, assumindo a presidência da reunião o Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Costa Neves (PSD), o qual submeteu a votação as partes I e III do Parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Sr. Vice-Presidente deu conta do ponto de situação sobre o programa do Seminário sobre a "Estratégia Europa 2020", referindo que a data consolidada para a sua realização seria o dia 29 de Março.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, o Sr. Deputado José de Bianchi (PS) narrou o que se passou no Grupo de Trabalho que elaborou a resposta ao questionário da Comissão CRIS do PE.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou mais tempo para análise das respostas. Esta solicitação foi ainda secundada pelo Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP).

O Sr. Vice-Presidente explicou que estávamos no limite do tempo para enviar a resposta, mas considerou que se poderia conceder até às 18h00 do dia seguinte para algum dos Srs. Deputados poder tecer alguma consideração. De qualquer forma submeteu as respostas à votação, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

No ponto quatro da Ordem do Dia o Sr. Vice-Presidente deu conta de que o Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) iria, na qualidade de Deputado da Comissão de Assuntos Europeus, representar a Assembleia da República nas seguintes duas reuniões, que o Parlamento Europeu organiza com os Parlamentos nacionais, em

Bruxelas: no dia 14 de Março, reunião da Comissão CRIS (Crise Financeira, Económica e Social), dedicada ao tema "Investimento na economia real: instrumentos para o crescimento, a inovação e a coesão" e, no dia 15 de Março, reunião da Comissão ECON (Assuntos Económicos e Monetários), subordinada ao "Semestre europeu para a coordenação económica". Aproveitou ainda para esclarecer que de acordo com o despacho de S. Exa. o Presidente da Assembleia da República, deveria ser designado um Deputado do partido maioritário e o Deputado do partido da oposição, sendo que a outra designação cabe à 6ª Comissão, que indicará desta vez um Deputado do partido maioritário.

No que diz respeito ao quinto ponto da Ordem do Dia, o Sr. Vice-Presidente informou, que como é hábito os serviços de apoio à Comissão de Assuntos Europeus irão preparar uma resposta ao Questionário aprovado pela Conferência de Presidentes das CAE, nos dias 10 e 11 de Fevereiro, em Budapeste, para efeitos de elaboração do Relatório Bianual da próxima COSAC e que a resposta será apreciada posteriormente em reunião da CAE. Ninguém se opôs à adopção deste procedimento.

No ponto seis da Ordem do Dia, por solicitação dos Srs. Deputados António Gameiro (PS), que demonstrou discordância com o conteúdo do Parecer, e do Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), por o Sr. Deputado Autor do Parecer não estar presente para prestar esclarecimentos, foi adiada a apreciação do Parecer do Sr. Deputado Honório Novo (PCP) sobre a Proposta de regulamento (EU) do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga o regulamento (CE n.º 1541/98 do Conselho relativo à prova de origem de determinados produtos têxteis da Secção XI da nomenclatura combinada, introduzidos em livre prática na Comunidade, bem como aos termos de admissibilidade da prova e que altera o regulamento (CEE) n.º 3030/93 do Conselho relativo ao regime comum aplicável às importações de certos produtos têxteis originários de países terceiros [COM(2010)544] com Relatório da 6ª Comissão.

De seguida, foi apreciado o Parecer da Sra. Deputada Cecília Honório (BE) sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Um Acto para o Mercado Único - Para uma economia social de mercado altamente competitiva: 50 propostas para, juntos, melhor trabalhar, empreender e fazer comércio [COM(2010)608] com Relatório da 6ª Comissão. Este parecer foi aprovado com os votos a favor do PS e PSD, a abstenção do CDS-PP e registando-se a ausência do BE e PCP.

O Sr. Deputado Arménio Santos (PSD) apresentou o Parecer que elaborou sobre a Proposta de regulamento do parlamento europeu e do conselho relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial [COM(2010)748] com Relatório da 1ª Comissão.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) solicitou a palavra para sugerir que o Parecer não transcreva o Relatório da 1ª Comissão, mas que, se concorda com ele, refira isso mesmo. Assim, solicitou que o mesmo seja reformulado e apresentado na próxima reunião. Esta solicitação mereceu o acolhimento do Sr. Deputado Autor do Parecer, pelo que foi adiada a apreciação para a semana seguinte.

Por último, o Sr. Deputado António Gameiro (PS) apresentou o parecer por si elaborado relativo à Proposta de Directiva do Conselho relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades mãe e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes (reformulação) [COM(2010)784]. Este parecer foi então submetido a apreciação da Comissão, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

No sétimo ponto da Ordem do Dia, foram designados para elaborar pareceres, o Sr. Deputado José Ribeiro (PS) para o Relatório da 7ª Comissão sobre a COM (2010) 791 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o regulamento CE n.º 2006/2004, relativa à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor; o Sr. Deputado Luís Pimentel (PSD) para a COM (2010) 804 - Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que concede assistência macrofinanceira adicional à Geórgia; e a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) para o Relatório da 6ª Comissão sobre a COM(2010)790 - Proposta de Decisão do Conselho, que autoriza uma cooperação reforçada no domínio da criação da protecção de patente unitária. [Posteriormente, a Sra. Deputada indicou que o parecer seria elaborado pelo Sr. Deputado António Gameiro (PS).]

No ponto oito da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP, a acta n.º 60 de 14 de Janeiro de 2011.

No último ponto da Ordem do Dia, o Sr. Vice-Presidente colocou à consideração dos Srs. Deputados o que fazer com um Relatório remetido pela 1ª Comissão relativamente a uma iniciativa europeia, que ia ser objecto de deliberação em Conselho Europeu de Justiça e Assuntos Internos no dia seguinte. Sobre esta questão referiu que o Relatório sugere que a Comissão de Assuntos Europeus prescindia de elaborar o seu Parecer e seja remetido de imediato.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) considerou que o Relatório era inócuo, pelo que seria indiferente remeter ou não.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) referiu que sendo inócuo e não se tratando de uma iniciativa legislativa, este Relatório não deveria ser enviado às instituições europeias, por ser manifestamente extemporâneo.

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) concordou com o Sr. Deputado José de Bianchi pela não remessa do Relatório. Aproveitou ainda para referir que importava retomar a discussão sobre a metodologia.

O Sr. Vice-Presidente considerou então que não se remetia o referido Relatório e que se daria disso conhecimento à Comissão competente. Antes de terminar a reunião referiu que a Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial solicitou uma audiência sobre a instituição de uma Cooperação reforçada para criar protecção de patente unitária. Colocou à consideração da Comissão a concessão da referida audiência, o que mereceu a concordância dos presentes, pelo que foi proposta a data de 1 de Março, pelas 16h00, o que também mereceu a concordância da Comissão.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou a palavra para requerer a realização na próxima reunião da discussão do Projecto de Resolução n.º 374/XI/2ª – “Recomenda ao Governo que promova a rejeição nas instituições da União Europeia da proposta de instituir uma "cooperação reforçada" no domínio da criação da protecção de patente unitária que consagra um regime linguístico discriminatório”, que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e baixou em 27 de Janeiro à Comissão de Assuntos Europeus. Não tendo sido manifestada qualquer objecção, foi deliberado inserir este ponto na próxima Ordem do Dia.

Finalmente o Sr. Vice-Presidente recordou que a próxima reunião decorreria no dia 1 de Março, pelas 17h00. A reunião foi encerrada às 14:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 Março 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Couto
António Gameiro
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ribeiro
Luís Pedro Pimentel
Luís Rodrigues
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Sérgio Sousa Pinto
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Pisco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Ferreira Gomes
Vânia Jesus